

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE GEOGRAFIA

**O potencial papel Endógeno na Educação por Instituições de Ensino Superior em
Cidades Médias: O caso de Viçosa/MG**

Guilherme da Silva Senra

FEVEREIRO

2022

**O potencial papel Endógeno na Educação por Instituições de Ensino Superior em
Cidades Médias: O caso de Viçosa/MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Batella

JUIZ DE FORA

2022

GUILHERME DA SILVA SENRA

**O potencial papel Endógeno na Educação por Instituições de Ensino Superior em
Cidades Médias: O caso de Viçosa/MG**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (Orientador)

Departamento de Geociências – UFJF

Prof^a. Dr^a. Adriana Mota Barbosa

Departamento de Geociências – UFJF

Ma. Samarane Fonseca de Souza Barros

Universidade Estadual Paulista - Campus Presidente Prudente

Conceito obtido: 90

Juiz de Fora, 21 de fevereiro de 2022

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região Imediata de Viçosa/MG.....	12
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil Demográfico e Econômico - Região Imediata de Viçosa/MG.....	23
--	----

Tabela 2: Indicadores socioeconômicos dos Municípios da Região Imediata de Viçosa/MG.....	27
---	----

Tabela 3: Programas de Extensão desenvolvidos entre 2010-2019.....	33
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Programas de Extensão: Suporte Pedagógico e de Gestão na Educação Básica.....	34
---	----

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de viver, pelas bênçãos e pelas lições recebidas ao longo da minha vida de eterno aprendizado, compaixão e cooperação.

Aos meus familiares, pelo apoio na minha jornada e, em especial, a minha mãe Elisa, pela luta e pelo suporte, para que eu pudesse realizar meus sonhos e buscar minhas conquistas

Aos meus amigos, a família que eu escolhi pelo coração, por estarem comigo nos melhores momentos e sempre estenderem a mão quando eu preciso nos meus piores momentos, ao meu lado me dando força e guiando todo o meu caminho. Minha eterna gratidão a vocês por me fazerem rirem, por me proporcionarem momentos de alegria e por me darem os feedbacks críticos nos momentos necessários, para que eu não me perdesse durante essa trajetória.

Aos meus professores e professoras de escola e da universidade, que me ensinaram muito mais que os conteúdos propostos, me deram caminhos para ser uma pessoa melhor na minha jornada de vida.

Aos meus amigos da faculdade, por me permitirem vivenciar uma experiência acadêmica surreal com oportunidades que vou me recordar para o resto da vida e, em especial, por viverem o sonho se realizando do que é fazer Geografia.

Aos professores do departamento de Geociências, por toda o aprendizado e pelas experiências que pude vivenciar. E, a Profa. Adriana Mota, em especial, pois a ideia deste trabalho se desenvolveu a partir de uma temática desenvolvida pela mesma em uma disciplina acadêmica e que, pela forma abordada, me despertou muito interesse.

Ao meu orientador, Wagner Batella, pela paciência e todo o suporte no desenvolvimento deste trabalho e também, principalmente, pela paciência em corrigir a falta de crase nas minhas frases.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	REFERENCIAIS CONCEITUAIS.....	13
3.	METODOLOGIA.....	18
4.	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO LOCAL.....	21
5.	DUAS CIDADES SOB O MESMO ESPAÇO.....	25
6.	DO POTENCIAL PAPEL PARA O REAL PAPEL DE ARTICULAÇÃO.....	32
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

RESUMO

Os desafios contemporâneos em busca do desenvolvimento das cidades remetem às dificuldades históricas de vivência em sociedade, estruturada pelo vetor de crescimento capitalista. O pensamento de políticas moldadas antes de “cima para baixo” implicou em problemas que permearam o desenvolvimento desigual de territórios e de regiões. Cidades, como Viçosa, desenvolveram-se pôr e a partir dessas articulações com as IES que no mesmo espaço reproduziram realidades contraditórias. Dessa forma, surge o pensamento de desenvolvimento endógeno como guia do potencial para a real articulação do território e mudanças dos paradigmas de políticas públicas, dando destaque aos agentes locais. Com esse pensamento temos nas universidades como um desses principais potenciais agentes de transformação endógena. Por essa articulação, podemos identificar potenciais programas e impactos no contato entre a IES com a sua localidade, onde a mesma deixa de apenas estar na localidade e se torna parte da identidade do local, dando suporte nas carências do local. Porém, o que se vê na UFV é um estágio muito inicial dessa articulação entre universidade-cidade, o que ainda promove duas produções do espaço conflituosas sob o mesmo espaço e, nessa lógica, os maiores prejudicados são os próprios habitantes.

Palavra-chave: Cidades Médias, Instituições de Ensino Superior, Desenvolvimento Endógeno.

ABSTRACT

The contemporary challenges in search of the development of cities refer to the historical difficulties of living in society, structured by the vector of capitalist growth. The thought of policies shaped rather “top-down” implied problems that permeated the uneven development of territories and regions. Cities, such as Viçosa, developed to establish themselves and from these articulations with the HEIs that in the same space reproduced contradictory realities. In this way, the thought of endogenous development emerges as a guide to the potential for the real articulation of the territory and changes in public policy paradigms, highlighting local agents. With this thought in mind, we have universities as one of these main potential agents of endogenous transformation. Through this articulation, we can identify potential programs and impacts on the contact between the HEI and its locality, where it is no longer just in the locality and becomes part of the local identity, supporting the needs of the place. However, what is seen at UFV is a very early stage of this articulation between university and city, which still promotes two conflicting productions of space under the same space and, in this logic, the most affected are the inhabitants themselves.

Keywords: Medium Cities, Higher Education Institutions, Endogenous Development.

1. INTRODUÇÃO

As cidades, enquanto espaços de vivência de seus habitantes, reproduzem e condicionam espacialmente as relações sociais, econômicas e culturais. Dentro da realidade brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera cidades como aglomerados urbanos que possuam uma câmara de vereadores, sede de prefeitura e cemitério com sua demografia varia de algumas centenas de habitantes a milhões de habitantes (BARBOSA, 2013).

Apesar desta definição operacional, em amplitude genérica, existem trabalhos acadêmicos, como o de Egler (2010) e Sposito (2004), que apresentam discussões conceituais que divergem da presente definição e se aproximam mais da realidade brasileira.

Na perspectiva interurbana, as cidades encontram-se articuladas por uma rede urbana que delimita a organização espacial em todo território (nacional) com os fluxos globais. Sendo assim, pode-se dizer que o desenvolvimento e a expansão de cidades, historicamente, consolidaram-se em uma rede urbana intensa de fluxos atualmente ao redor de quase todo o planeta (DINIZ, 2001).

Dessa forma, podemos também dizer que a própria organização espacial das cidades (e os seus fluxos) se articulam segmentando as cidades e as regiões polarizadas pelas mesmas, de acordo com variados fatores locais. Tal realidade, didaticamente, é exposta quando se estudam padrões de localização industrial, articulação no território, movimentos migratórios, entre outros.

Conforme apontado por Britto (2006), no Brasil durante boa parte da segunda metade do século XX, teve-se em destaque um amplo movimento migratório nacional de populações de regiões periféricas (principalmente do Nordeste) em situações de vulnerabilidade a buscar melhores condições de sobrevivência direcionando-se para grandes metrópoles da Região Sudeste (principalmente para a Região Metropolitana de São Paulo) num intenso processo de urbanização com maior magnitude até os anos 1970.

Nas últimas décadas, foi possível perceber a saturação desse processo, desencadeado a partir de deseconomias de aglomeração, conforme discutido por Diniz (1993), na qual o mesmo buscou compreender a perda das vantagens que surgiram, ao mesmo tempo em que, houve uma reestruturação da forma pela qual a rede urbana se articula para os fluxos produtivos, com novos e selecionados centros médios tornando-se

novas Economias de Aglomeração que vem ganhando importância na dinâmica urbana nacional e, em alguns casos e em menor escala, global, em virtude das vantagens locais voltados principalmente ao desenvolvimento de atividades de alta tecnologia.

Esses centros médios, frutos de uma “Desconcentração Concentrada” (AZZONI, 1985), passaram a ser os novos atrativos populacionais e produtivos em todo o território. Centros esses que já existiam na rede urbana anteriormente, porém dependentes das grandes metrópoles.

As cidades médias, entendidas a partir de sua dinâmica regional, tornaram-se os novos locais que ganharam visibilidade para atrair pessoas e serviços por apresentarem condicionantes interessantes tanto para o meio privado quanto para o setor público, já que as mesmas se encontravam com relativa autonomia pelo arranjo de novos fatores locais, positivos à realidade capitalista vigente.

A partir desse novo cenário urbano, em que as cidades médias ganham papel de destaque nacional, vários trabalhos acadêmicos e propostas de políticas públicas têm ganhado discussão nacional, devido ao seu potencial no que tange às desigualdades regionais, como abordados nos trabalhos de Amorim (2001), Campos (2005) e Sposito (2005).

Porém, conforme várias referências desta presente temática, sendo válido destacar a problemática na discussão apresentada principalmente por Amorim Filho, em na maior parte de seus trabalhos sobre essa temática, e complementadas por Barbosa (2013) em seu doutoramento, bem como por Batella (2019) na apresentação dos limites repercutidos pelas cidades médias, pela qual os próprios trabalhos reforçam a crítica ao pensamento quantitativo sobre o conceito de cidades médias, existem muitas carências nesses estudos voltados para propostas realmente animadoras que busquem o desenvolvimento socioeconômico do território, ao mesmo tempo que possa entender a própria região em que cada cidade se encontra e os seus processos que melhor articulem.

A partir da década de 1970 surgem, em larga escala, novas teorias de desenvolvimento do território, na perspectiva socioeconômica, buscando meios alternativos aos problemas globais, que eram comuns a vários países, de diferentes estruturas políticas institucionais. Dentre essas teorias, podemos destacar duas.

Em primeiro, a teoria neoliberal, em que, grosso modo, trata-se de uma reformulação do liberalismo clássico, que antes defendia a regulação para um Estado Mínimo, e agora acompanhando o fenômeno de globalização defende a presença de um estado menos interventor na sociedade e apenas promotor de garantias do processo de estabilidade monetária e competitividade no mercado (BASTOS, 2018).

Já a segunda é chamada de teoria do desenvolvimento endógeno que tem como base em defender o desenvolvimento do território considerando os seus agentes e as instituições (públicas e privadas) locais detém o real poder na promoção do desenvolvimento. Nesse sentido o território é visto como espaço socialmente organizado e capaz de definir estratégias de desenvolvimento pois “o processo de aprendizagem e a capacidade de organização diferem, de território para território, assim como também variadas as respostas locais.” (BARQUERO, 2002, p. 181).

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o papel de uma Instituição de Ensino Superior (IES) no território de cidades médias, buscando a compreensão de seu papel como agente endógeno na contribuição para o desenvolvimento local e regional.

Nesse entendimento, considera-se como o pressuposto de desenvolvimento a ideia de processo de continuidade temporal infinita e, pelo olhar geográfico, na compreensão de seu possível impacto regional. Pois, entendendo-se do papel social e de extensão na promoção do desenvolvimento regional de uma IES, já que “a extensão foi sempre um conceito ligado à ideia de função social da Universidade” (WALDIR DA SILVA, 2002).

A partir da visão acima proposta, será possível gerar visibilidade para aspectos específicos e qualitativos que são essenciais para serem considerados nas políticas públicas, entendendo variáveis de referência para implementação e expansão das próprias IES no território.

O recorte espacial para o estudo se dará por meio da classificação das Regiões Geográficas Imediatas, atribuída pelo IBGE (2017), como novo formato de melhor entendimento da realidade, considerando as relações locais e sub-regionais existentes, no país. A Região a ser estudada será a de Viçosa, que também é composta por mais 11 municípios (FIGURA 1).

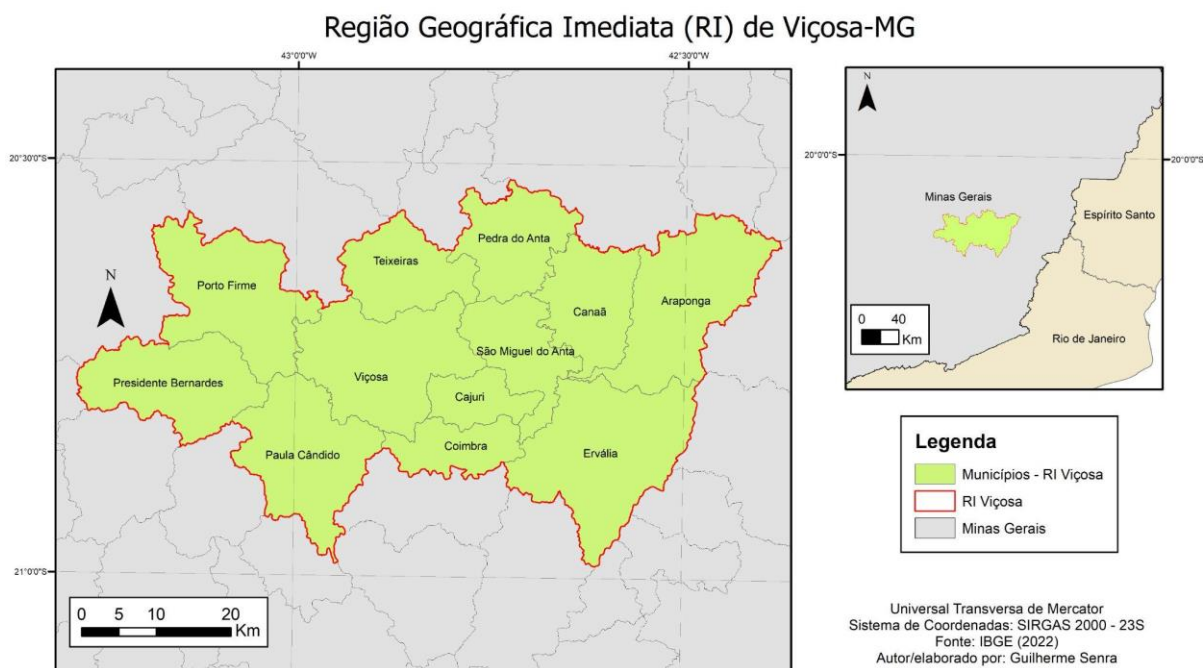


Figura 1: Municípios da Região Imediata de Viçosa. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de base de dados do IBGE

A proposta deste recorte de estudo, se baseia no fato de Viçosa ser considerada uma cidade, já ressaltada por alguns atores como Pereira (2005), propriamente universitária, pois seu desenvolvimento encontra-se atrelado diretamente ao ecossistema da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o que põe em validação a possibilidade da realidade do município ser vista como dependente exclusivamente dessa instituição e seus agentes, bem como aumentam as responsabilidades sociais da mesma.

As prerrogativas deste estudo, portanto, se darão por acreditar, conforme já ressaltado, na crescente importância das cidades médias na configuração do território nacional e no potencial papel de desenvolvimento socioeconômico de regiões que, até pouco tempo atrás, foram deixados de lado e nas relações entre localidades e as suas IES, como no presente recorte de estudo da UFV com seu entorno. Dessa forma, se busca a compreensão do papel atual, com as devidas reflexões, e no desenvolvimento real da região, com base nas potencialidades.

2. REFERENCIAIS CONCEITUAIS

Podemos entender, a ideia vinculada ao conceito de cidade, conforme já ressaltado, como um aglomerado urbano nas mais variadas dimensões demográficas, funcionais e sociais. A partir deste ponto e na delimitação para o trabalho, utilizaremos as chamadas Cidades Médias e como pontuação inicial já as compreendemos que as mesmas não são consideradas apenas como cidades de porte médio demograficamente, validando apenas seu determinante quantitativo.

O conceito de cidades médias busca equilibrar “a lógica demográfica e voltar-se para sua importância regional e a contribuição que seu papel oferece na rede urbana nacional” (BARBOSA, 2013, p. 71). O papel regional dessas cidades se destaca pela sua capacidade de receber e emanar fluxos materiais e imateriais de produtos e serviços, dentro de uma proposta territorial, de acordo com estudos de Amorim Filho (1976) e de Rigotti e Campos (2009), conforme citados por Barbosa (2013).

Desse modo, as cidades médias são compreendidas por e a partir de critérios intraurbanos, como volume populacional e qualidade de oferta de serviços (saúde e educação, principalmente), e interurbanos, pela representatividade regional em atrair pessoas e empresas para fomentar a circulação de serviços.

Paralelamente a compreensão de cidade propriamente dita, temos a ideia ligada ao conceito de região, como uma área geográfica delimitada por suas relações complexas de variáveis espaciais de dinâmicas históricas (econômicas, sociais e culturais) e naturais que geram uma identidade única em determinado espaço (GOMES, 2012). Essa própria combinação de fatores favorece o aparecimento de núcleos urbanos centralizados, pois neles se articulam os mais diversos fluxos e fixos que direcionam os processos que moldam o território (espaço articulado por relações de poder) para fomento aos mais diversos agentes internos e externos à região.

Cabe aqui realizar uma breve ressalva sobre o papel de políticas públicas em garantir não somente o crescimento [econômico] mas também o desenvolvimento [socioeconômico] no território. O termo crescimento se assimila ao ideal de aumento quantitativo, podendo ser atribuído como reflexo direto de um incremento de vagas de empregos ou aumento de investimentos privados em determinados setores, por exemplo, mas sem significar sua permeabilidade e seus efeitos a longo prazo dentro de uma realidade espacial.

Por sua vez, o ideal de desenvolvimento implica na garantia de evolução qualitativa, sendo atribuído a uma melhora, por exemplo, nas políticas públicas de saúde e educação que a longo prazo modificam a estrutura de sociedade a partir da diminuição das desigualdades regionais existentes, por exemplo, no território nacional. Ao mesmo tempo, diminui os problemas internos das cidades para parcela considerável da população excluída dos adventos “modernizantes”. Ou seja, se trata de um fenômeno, sob o olhar geográfico, compreendido a partir da análise em escala regional (a partir da diminuição das desigualdades) e em escala local (a partir do acesso ao direito à cidade) (LINDO, 2010).

Em razão disso, a articulação que pode existir entre IES e cidades médias em que as mesmas se inserem tem validade maior no momento em que “como instituição de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, as IES assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2014, p.7) entendendo as dinâmicas antecessoras à presença da IES e no papel promotor de mudanças qualitativas para aquela população.

Todavia, “em muitos casos, as universidades são instaladas em lugares onde elas apenas estão e não são da região”. (OLIVEIRA, 2014, p.10) que delimita mais ainda a importância de estudos temáticos sobre universidades a fim de evitar que as mesmas representem meramente crescimento local/regional, mas também representem e sejam agentes articuladores de desenvolvimento regional.

Ainda, acrescentamos a importância na atualização de dados e informações de caráter regional, em virtude do resultado das mudanças econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas em todo o território nacional (IBGE, 2017). Por isso, o IBGE, em seu mais recente trabalho de divisão regional do país, apresenta a metodologia de divisão regional em Região Geográfica Imediata e Intermediária.

Em vista disso, pela exposição e importância regional, as cidades médias são promotoras de processos que desencadeiam o desenvolvimento regional (na maioria dos casos) e ficam cada vez mais expostas aos olhares de estudiosos e profissionais que buscam auxiliar e compreender o que pode ser o melhor caminho de desenvolvimento

para a localidade, já que as políticas “de cima para baixo”¹ se tornaram cada vez mais ineficientes, visto as consideráveis diferenças de dinâmicas urbanas nos países que não são consideradas em sua elaboração e na própria ideia do que é cidade média e como ela se configura em diferentes escalas e redes urbanas.

Batella (2019) contribui com a discussão da temática ao reafirmar o conceito de Perroux (1977) sobre a Teoria dos Pólos de Crescimento, como um modelo que destaca a ideia de um desenvolvimento territorial homogêneo é algo, no contexto da sociedade capitalista, praticamente impossível de ser conquistado, porém é passível reafirmar que:

a interpretação do equilíbrio na escala regional, donde o espaço é entendido como um campo de forças que apresenta certo grau de desenvolvimento desigual passível de igualação através do planejamento, uma vez que este se manifesta num dado ponto, ou seja, cidade ou região urbana, estendendo-se, a partir daí, a outros centros. Esta difusão ocorreria graças à adoção de inovações por parte das cidades, o que lhes garantiria por sua vez, seu desenvolvimento. (BATELLA, 2019, p. 200).

E é nessa discussão, em contrapartida, que cada vez mais se falam de políticas de “baixo para cima”² e que abarcam o viés de desenvolvimento endógeno, aqui compreendido também, conforme apontado por Barqueiro (2001) como uma “estratégia de cidades e regiões [...] em uma perspectiva capaz de responder às novas demandas de serviços públicos colocadas pelas empresas e pela sociedade local” (p. 235) “cujas ações estão principalmente voltadas à produção de externalidades e à melhoria da estrutura organizacional e institucional do território” (p. 258).

Logo, o desenvolvimento endógeno passa a ser compreendido pelas relações dos agentes locais a partir de um ‘enraizamento social’ positivo com características qualitativas medidas por seus impactos, como a distribuição e sua capacidade de sustentabilidade local a longo prazo. (COMIN, FREIRE, 2009), pois a “ênfase sobre o local e o regional, que é o ponto de partida desta abordagem do desenvolvimento, concretiza-se numa política de valorização dos recursos e capacidades da região” (RIBEIRO, p. 6, 2005).

Desse modo, torna-se válido destacar o papel intrínseco das próprias IES como um dos agentes potenciais na execução desse modelo de desenvolvimento do território, conforme destacados por Oliveira Jr. (2014) em não somente atrair pessoas e empresas

¹ O termo indica o pensamento de políticas públicas centralizadas e federais, como ponto de partida, para o desenvolvimento de ações locais.

² O termo indica o oposto do pensamento anterior, no desenvolvimento de políticas públicas partindo dos agentes locais, com autonomia na sua execução, para o desenvolvimento de ações na localidade.

no fomento do “desenvolvimento”³ socioeconômico local e regional, como também na preocupação em desenvolver ações referentes a questões específicas de suas regiões.

Além disso, ainda temos como contribuição a esse pensamento apresentando, a ideia atribuída ao papel da Extensão Universitária, reconhecida inicialmente como uma iniciativa de gerar visibilidade para a sociedade local as realizações do ensino e da pesquisa desenvolvida pelas instituições e que, com o tempo, considerando as realidades locais e a busca pela identidade das Instituições, passou a ser compreendida também como um dos mecanismos estruturais para combater as desigualdades e carências apresentadas pelos territórios. (WALDIR DA SILVA, 2002).

Oliveira Jr. (2014) ainda cita realidades de algumas cidades médias no país que obtiveram suas realidades alteradas por IES e que já tiveram estudos considerando a implementação e operacionalização da IES, como o trabalho de Goebel e Miura (2004) sobre a relação dessas instituições com o município de Toledo (PR), considerado um polo universitário; Hoff, Martin e Sopena (2011) avaliaram impactos quantitativos decorrentes da UNIPAMPA no município de Sant’Ana do Livramento (RS); Mina, Ramos e Rezende (2011) que analisa os impactos quantitativo da expansão universitária no município de Alfenas (MG) e Pereira (2005), já citado anteriormente, que analisa as contradições de Viçosa com a UFV.

Baumgartner (2014) desenvolve em seus estudos a formulação do conceito de Cidade Universitária, que, em suma, são espaços diferenciados da própria produção do espaço urbano local e que, quase sempre, encontra-se em conflito com os demais espaços sociais da cidade. Em outras palavras, esse termo reflete a diferenciação entre a realidade do município com a realidade do universo acadêmico, pois nas:

idades médias e pequenas onde se instalam campi universitários (em função das características do processo de produção do espaço na esfera destas cidades) existem ou coexistem duas cidades “diferentes” que não caminham completamente juntas: a cidade e a cidade da universidade. (...) onde inclusive a constituição dos lugares ocorre em outras dimensões e várias cidades (em sentidos identitários/vividos) estão sobrepostas e acontecendo ao mesmo tempo: desta maneira, a “cidade universitária” se torna mais uma entre várias. (Baumgartner, p.100-101,2015)

³ O termo desenvolvimento encontra-se entre aspas, porque na abordagem do autor, significa como algo voltado para valor quantitativo e neste trabalho, o presente termo já fora usado como indicativo de valor qualitativo.

Desse modo, a *cidade universitária* desenvolve-se sob a economia do conhecimento, enquanto commodity (Santos, 1997), na reprodução desse espaço pelo desenvolvimento das políticas públicas no âmbito da ciência e da tecnologia. Dentro da dimensão da realidade capitalista, é de conhecimento comum o fomento do capitalismo para o aumento da desigualdade socioeconômica inter e intrarregional com velhos e novos atores na produção do espaço, reproduzindo a velha lógica do capital.

Por outro lado, considerando o próprio olhar crítico da relação cidade-universidade, considerando o papel da IES no suporte a transformação do território, que se desenvolve no presente trabalho, por acreditar que também precisamos entender como a instituição encontra-se atrelada e ativa em seus programas e projetos que visam as demandas e necessidades específicas de sua região e, se, essas ações realmente promovem as mudanças estruturais necessárias à sua localidade.

Vale destacar a esfera local como ponto de partida, dentro de um contexto real e multiescalar. A partir disso, o olhar geográfico se faz presente, encontrando agentes locais e externos com processos espaciais dinâmicos na própria produção do espaço urbano, resultado do próprio processo de produção existente.

3. METODOLOGIA

O trabalho iniciou-se nos dois primeiros tópicos com a discussão de conceitos e reflexões que guiam os seus vetores de análise crítica. Nessa etapa, foram elencados autores e alguns conceitos e reflexões iniciais, como base teórico-conceitual, para o olhar crítico do trabalho, a ser desenvolvido ao longo das próximas etapas.

No terceiro tópico, dividido em duas etapas. Faz-se primeiramente um breve levantamento bibliográfico histórico, com o principal objetivo de compreender o desenvolvimento territorial do município em estudo (Viçosa/MG) e conseqüentemente de sua região, pois é esse processo que nos ajuda a caracterizar e entender Viçosa como uma cidade média e o papel da própria UFV nesse processo. Conclui-se este tópico com um breve panorama atual dos municípios da região, apresentando dados de população e economia.

Posteriormente, elenca-se de um lado o papel e a amplitude de atuação da instituição (UFV) para se compreender a magnitude do que se é proposto cientificamente considerando os indicadores de referência nos seus programas institucionais de pesquisa, como a pontuação da CAPES e o volume de recurso proporcional recebidos pela instituição.

E, de outro lado, como o trabalho busca refletir sobre o papel potencial de suporte de desenvolvimento da IES no território, foram levantados dados e indicadores sociais da região, por meio dos indicadores apresentados pelo IBGE, para entender se a cidade *social* caminha junto com a cidade universitária.

Sendo assim, foi feita uma reflexão das informações obtidas, a partir de uma adaptação de proposta de metodologia de estudo de cidades médias apresentadas por Sposito (et. al, 2006), sendo direcionadas para o objetivo do presente estudo dividindo em quatro eixos de variáveis: (I) Trabalho e Rendimento (II) Educação Básica; (III) Economia e; (IV) Qualidade de Vida.

Para o eixo I, que busca elencar como encontra-se a situação de Trabalho e Rendimento dos moradores das cidades, serão usados dois indicadores: o primeiro é o salário médio dos trabalhadores formais, dado proporcional ao nível de formação da mão de obra local e o segundo dado, é a proporção da população com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo, dado qualitativo que remete o tamanho da proporção da população mais vulnerável socioeconômica.

Para o eixo II, que busca compreender a realidade educacional do ensino básico público, também serão elencados dois indicadores: o primeiro voltado a um valor mais quantitativo, considerado o indicador de acessibilidade ao ensino básico, que é a taxa de Escolarização, já o segundo dado, de valor qualitativo, se trata do IDEB, importante indicador nacional de qualidade educacional, sendo aqui subdividido, na avaliação dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, conforme no IBGE.

Para o eixo III, que considera o papel e peso econômico nos municípios, serão usados três principais indicadores. O primeiro deles, remete ao PIB *per capita* que dialoga diretamente com os indicadores dos eixos anteriores e acrescenta também o potencial poder de consumo médio da população. O segundo indicador remete diretamente ao poder público municipal, em relação a dependência do mesmo com entes federados de esferas superiores (Estado e União) para o cumprimento de suas despesas e investimentos locais. O terceiro indicador remete diretamente ao IDHM, que por se tratar de um índice qualitativo de referência para a evolução de uma determinada localidade, serve para complementar as reflexões apresentadas. Vale apresentar que apesar de apresentar como similar ao IDH sobre renda, educação e longevidade, o mesmo recebeu alguns ajustes metodológicos para ser aplicado a realidades municipais.

O eixo IV, que remete diretamente a qualidade de vida geral da população, também serão considerados três indicadores. O primeiro indicador se trata da mortalidade infantil, que por sua vez, pelo acesso ao SUS e todos os seus benefícios à população, que tende a diminuir esse indicador. O segundo indicador, pela taxa Esgotamento Sanitário Adequado, remete diretamente às condições de saneamento básico, para a população e o terceiro indicador, Urbanização de vias públicas, remete ao acesso da população a condições de vias públicas com urbanização adequada (IBGE, 2022).

Posteriormente, será levantado os programas de extensão desenvolvidos pela instituição, assimilando os mesmos com os problemas reais apresentados nos indicadores acima, para compreensão de quais carências encontram-se sendo visualizadas pela instituição.

Como o foco do trabalho é o suporte educacional da instituição no desenvolvimento territorial e é inviável a reflexão de todos os programas, serão selecionados programas direcionados a desenvolvimento de projetos relacionados a

educação. A partir dessa seleção, é feita uma pequena reflexão acerca dos programas de acordo com os objetivos definidos pelos mesmos.

É necessário destacar ainda que, para o melhor entendimento e especificidade para cada eixo analisado seria necessário um aporte de insumos e recursos que se encontram no momento inviabilizados por conta do meio em que a pesquisa foi realizada e ações físicas, como entrevistas, no momento evidenciado de pandemia e orientações dos órgãos de saúde, encontra-se inviáveis para serem realizadas durante a maior parte do período desenvolvido na pesquisa.

Para finalizar, elenca-se uma breve reflexão final, para o trabalho, remetendo à proposta inicial sobre o *status* da instituição, ressaltando se a mesma se concebe como uma instituição que faz parte e está inserida no território e seu desenvolvimento ou se apenas encontra-se presente.

4. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO LOCAL

Conforme apontado em trabalhos de historiadores e geógrafos, como Pereira (2005), a região em que se encontra o município de Viçosa se consolida, até meados do século XIX, como uma região de desenvolvimento territorial secundário para o Estado de Minas Gerais, pois detém-se na função de produzir gêneros agrícolas para a região mineira central e protagonista do desenvolvimento, cujas atividades executadas estavam voltadas para a exploração dos recursos minerais no Estado.

Com o decréscimo da produção mineral e nas mudanças ocorridas no período, atrelado à ascensão de um novo ciclo econômico brasileiro voltado para a produção cafeeira, a região [de Viçosa], já com características de identidade territorial originalmente já voltada ao desenvolvimento das atividades agrícolas, passou a ser o novo foco de povoamento mineiro, dos imigrantes dessas regiões auríferas e de outras localidades (Pereira, 2005).

Com o novo impulso econômico, a região da Zona da Mata Mineira, onde se localiza a recorte espacial em estudo, passou por um significativo desenvolvimento no setor ferroviário, fomentando ainda mais o desenvolvimento de Viçosa e seu entorno. Pois, nesse período, desenvolveu “um meio técnico favorável à produção agrícola, que ao mesmo tempo possibilitou uma maior integração regional, resultado da expansão da atividade cafeeira, e conseqüente expansão das atividades urbanas” (PEREIRA, 2005, p. 199).

Dessa forma, com a virada de século, Viçosa se tornou um dos municípios mais prósperos no Estado e massificou seu processo de Urbanização, com todo o seu sistema urbano-econômico voltado para a produção agropecuária [com destaque para o café] que ganhava cada vez mais destaque nacional [república do Café com Leite]. (Pereira, 2005)

Com o avanço de todo esse processo, surge como consequência direta a primeira escola superior do município, com cursos técnicos voltados ao “enfrentamento dos problemas agrícolas e agropecuários locais, com o objetivo de promover um maior desenvolvimento econômico do seu entorno” (PEREIRA, 2005, p. 199), ou seja, implementação de cursos que buscavam superar os desafios da principal atividade econômica local.

A centralidade do município dada a economia rural das décadas anteriores, se consolida como fator fundamental no desenvolvimento do território e se fortalece com

um novo ator social em vista, a Universidade. Em seguida, nas décadas posteriores, a instituição se consolidou como a principal promotora do desenvolvimento da cidade.

Pois, a instituição se torna um fator de atratividade de migrantes, com oferta de empregos diretos e indiretos e conseqüentemente, promove a dinamização da economia local (PEREIRA, 2005 apud MELLO, 2002) como fator de centralidade principal do município. Logo, podemos reafirmar que:

A cidade de Viçosa se insere na formação sócio-territorial brasileira como centro educacional e de produção científica especializada. A universidade recebe parte considerável dos recursos destinados à pesquisa agrícola e agropecuária, o que revela seu caráter de centralidade como uma das principais instituições de ensino e pesquisa nesta área do conhecimento em todo o Brasil. (PEREIRA, p. 204, 2005)

Nesse momento, pode-se entender que, no campo conceitual, o desenvolvimento da própria cidade enquanto cidade média, é atribuído ao processo histórico que a mesma vivencia, na consolidação de sua vocação científica das ciências agrárias voltadas para a modernização capitalista, e a cidade deixa de apenas intermediar as relações regionais como também passa a protagonizar os novos fluxos multiescalares, seguindo a lógica do capital científico.

Desse modo, mesmo com os novos fluxos econômicos no território, que poderiam ser vetores históricos no desenvolvimento da sociedade local, devemos destacar que existem carências sociais que demarcam características claras no desenvolvimento regional em tempos distintos. (PEREIRA apud SANTOS, 2005).

Como resultado de todo esse processo histórico, podemos apresentar, como resumo, o perfil demográfico e econômico atual dos municípios da região pela tabela abaixo (Tabela 1):

Perfil Demográfico e Econômico - Região Imediata de Viçosa				
Município	POPULAÇÃO		PIB (ANO BASE 2019 - X1000)	
	Total (Estimativa - 2021)	Densidade demográfica [2010 - hab/km ²]	Agropecuária	Indústria
Araponga	8.467	26,83	R\$ 12.171,96	R\$ 2.998,33
Cajuri	3.961	48,74	R\$ 6.662,48	R\$ 18.800,99
Canaã	4.533	26,46	R\$ 19.297,19	R\$ 2.411,04
Coimbra	7.631	66,00	R\$ 17.044,86	R\$ 8.072,80
Ervália	19.019	50,20	R\$ 75.466,04	R\$ 17.973,45
Paula Cândido	9.597	34,55	R\$ 14.549,09	R\$ 7.704,70
Pedra do Anta	2.960	20,59	R\$ 8.060,64	R\$ 2.397,66
Porto Firme	11.414	36,58	R\$ 10.469,93	R\$ 5.865,86
Presidente Bernardes	5.315	23,38	R\$ 6.681,61	R\$ 2.493,15
São Miguel do Anta	6.949	44,44	R\$ 15.938,91	R\$ 4.390,52
Teixeiras	11.680	68,10	R\$ 16.237,35	R\$ 10.868,48
Viçosa	79.910	241,20	R\$ 16.182,46	R\$ 171.482,38
Município	PIB (ANO BASE 2019 - X1000)			
	Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	PIB TOTAL
Araponga	R\$ 19.486,42	R\$ 35.636,53	R\$ 2.919,76	R\$ 73.213,01
Cajuri	R\$ 20.240,13	R\$ 20.363,03	R\$ 5.968,73	R\$ 72.035,36
Canaã	R\$ 13.561,54	R\$ 22.203,41	R\$ 2.358,72	R\$ 59.831,89
Coimbra	R\$ 48.474,60	R\$ 33.977,31	R\$ 9.609,46	R\$ 117.179,03
Ervália	R\$ 119.541,05	R\$ 79.620,19	R\$ 15.920,39	R\$ 308.521,12
Paula Cândido	R\$ 33.350,84	R\$ 39.295,60	R\$ 5.655,71	R\$ 100.555,94
Pedra do Anta	R\$ 10.995,55	R\$ 17.569,96	R\$ 1.482,48	R\$ 40.506,29
Porto Firme	R\$ 33.918,12	R\$ 43.712,59	R\$ 5.156,67	R\$ 99.123,17
Presidente Bernardes	R\$ 15.988,92	R\$ 25.788,76	R\$ 2.234,34	R\$ 53.186,78
São Miguel do Anta	R\$ 23.719,89	R\$ 32.444,39	R\$ 3.715,83	R\$ 80.209,54
Teixeiras	R\$ 63.253,28	R\$ 50.370,85	R\$ 7.968,48	R\$ 148.698,43
Viçosa	R\$ 1.059.932,55	R\$ 345.765,52	R\$ 155.688,48	R\$ 1.749.051,39

Tabela 1: Perfil Demográfico e Econômico - Região Imediata de Viçosa/MG. Fonte: IBGE Cidades

Compreendendo a tabela, podemos relacionar do ponto de vista demográfico, que as cidades da RI de Viçosa possuem características populacionais que indicam pequeno porte demográfico. Tal padrão de porte pequeno não se estende ao município de Viçosa, com contingente populacional muito maior, em relação ao seu redor, apresentando pelo menos o quádruplo de habitantes em comparação com as demais cidades o que, se torna um dos indicadores, em relação ao fato da mesma ser considerada uma Cidade Média. Tal fator pode ser explicado adicionalmente pela presença da Universidade com seus usuários (alunos e profissionais, por exemplo) que habitam em Viçosa.

Como efeito dessas formações urbanas de diferentes estágios de pequeno porte, podemos observar valores significativos proporcionalmente do PIB *de economia rural*⁴ dependente da agropecuária e, ao mesmo tempo, dependente da economia gerada pelo setor público e na arrecadação de impostos. No setor terciário, que concentra facilmente mais de 60% de toda a riqueza produzida nesses territórios, fica claro a fraca dinâmica econômica das cidades ao redor quando vemos que mais da metade dessa riqueza (do setor terciário) sendo gerada diretamente pela prestação de serviços públicos locais e contribuição de impostos.

Enquanto a cidade Viçosa, por apresentar um ecossistema urbano desenvolvido em torno da UFV, conseguiu desenvolver uma economia mais dinâmica, apresentando valores significativos de serviços desenvolvidos, por e para a Instituição, gerando uma economia “forte” no setor terciário tanto no setor público quanto no setor privado, que chega a representar aproximadamente 90% da riqueza da cidade, sendo que só o setor de serviços da esfera privada, na cidade, representa sozinho 60% de toda a riqueza produzida. Tal panorama econômico, reafirma o papel de Cidade Média representado pela cidade de Viçosa.

Aliado a essa própria dinâmica sub-regional, também podemos ressaltar que, do ponto de vista mesoeconômico, como apontado no trabalho de Castro & Alencar (2012), temos ainda nas últimas décadas o fato de que vivenciamos uma estagnação econômica na Zona da Mata Mineira, o que deixa a região mais vulnerável no aspecto socioeconômico.

⁴ O termo economia rural aqui é usado como representação do ciclo econômico da cadeia produtiva voltado a atividade agropecuária e suas etapas.

5. DUAS CIDADES SOB O MESMO ESPAÇO

De um lado, de acordo com as discussões acima, temos a Cidade Universitária (Baumgartner, 2015) que foi convocada para a atividade científica com vistas às necessidades do mercado, bem como da sociedade que se desenvolveu recebendo suporte de agentes privados (Pereira, 2005).

O impacto desse “tempo rápido” da produção científica especializada, resulta diretamente no provento de recursos advindos das agências externas de suporte como o CNPq e a CAPES, onde temos a UFV recebendo em média 20% dos recursos destinados⁵ às instituições de pesquisa das ciências rurais. Além do aporte financeiro quantitativo, temos análises qualitativas dos próprios programas de pós-graduação.

Tal suporte direcionou a instituição como centro de especialização universitária de ensino e pesquisa voltados para agropecuária, com destaque nacional, “o que revela seu caráter de centralidade como uma das principais instituições de ensino e pesquisa nesta área do conhecimento em todo o Brasil.” (PEREIRA, 2005, p. 204).

Esses recursos aplicados e desenvolvidos na *cidade universitária* potencializaram e resultaram para a instituição, representatividade e destaque nacional na produção científica de ponta nas ciências de áreas voltadas para o campo.

Desse modo, é possível compreender os fatores condicionantes que elencam a potencialidade da pesquisa científica produzida na UFV nos 17 programas de pós-graduação de mestrado e/ou doutorado acadêmico voltados para a ciências agrárias e nos seus componentes avaliativos de agências reguladoras nacionais e internacionais.

Para melhor contextualizar, conforme dados da plataforma *SUCUPIRA* da CAPES, a UFV possui oito programas de pós-graduação das ciências agrárias sendo avaliados com nota entre seis e sete (máxima). É válido ressaltar que todos os demais programas, com exceção do programa de Ciência Florestal (iniciado no ano de 1998), são programas relativamente novos (possuem menos de 10 anos de desenvolvimento), o que pode ser uma das justificativas de apresentarem notas menores, porém se vale destacar que tal informação não é condicionante direto para a nota baixa.

⁵ O ano base considerado é 2004, conforme Pereira (2005). O dado informado encontra-se desatualizado em virtude da dificuldade em localizar informação mais recente e confiável para esse dado.

Aqui, põe-se em pensamento que o tempo rápido fomentado pelo “capital científico”, em que a IES é vista como uma instituição instalado na localidade e não se reconhece como um agente de transformação socioeconômica local, permeia que o trabalho da Universidade é de apenas “tratar das questões universais e nacionais” (Oliveira, p.10, 2014).

Porém, sob outra perspectiva, apesar de inúmeros recursos e nos avanços científicos que refletem nos elevados índices de qualidade da pesquisa produzida na instituição, também se desenvolve uma segunda cidade, vivenciada pelos habitantes locais que não vivenciam os benefícios desse universo acadêmico. Já que, o polo educacional acaba sendo voltado para o desenvolvimento de pesquisas externas da própria realidade regional, para grupos empresariais e para outras regiões.

O segundo tempo é desenvolvido pela própria sociedade local, desprovida do acesso direto aos avanços tecnológicos e culturais advindos da própria universidade, instituição que potencialmente poderia protagonizar uma melhor articulação territorial, e auxiliar na melhora dos indicadores sociais, porque:

Por outro lado, existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também formam alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais. **Essas são as universidades da região.** (Oliveira, p.10, 2014, **grifo nosso**)

Acrescentando ainda a importância dessa articulação entre instituição e sociedade local, vale ressaltar também que, mesmo não sendo objeto direto da pesquisa, a presença e a evolução do ecossistema universitário na cidade, gera para os habitantes locais, por exemplo, na especulação imobiliária, uma série de aumentos de custos de sobrevivência que, em muitos casos, não consegue ser absorvidos por grande parte da população, gerando grandes preocupações para os mesmos. Pois, ao levantarmos indicadores sociais dos municípios da região, é facilmente perceptível as desigualdades nos indicadores socioeconômicos (Tabela 2).

Indicadores socioeconômicos dos Municípios da Região Imediata de Viçosa						
Município	TRABALHO E RENDIMENTO			EDUCAÇÃO		
	Salário Médio Formal [2019]	População com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]		Taxa de Escolarização (6 a 14 anos) [2010] ¹	IDEB - Ens. Fund. Anos Iniciais [2019]	IDEB - Ens. Fund. Anos Finais [2019]
Araponga	1,7	44,1%		95,0%	6,2	4,7
Cajuri	1,7	42,5%		97,1%	5,7	4,3
Canaã	1,5	44,4%		98,2%	6,4	4,4
Coimbra	1,8	36,3%		97,9%	-	5
Ervália	1,4	39,7%		93,6%	6,7	4,1
Paula Cândido	1,5	40,2%		98,4%	6,7	4,6
Pedra do Anta	1,7	47,4%		97,5%	7,2	4
Porto Firme	1,6	43,3%		98,8%	6,3	5,2
Presidente Bernard	1,4	41,6%		98,4%	7,7	4,9
São Miguel do Anta	1,7	42,9%		98,5%	5,8	5,2
Teixeiras	1,5	40,5%		96,5%	6,2	5,1
Viçosa	3,0	33,9%		99,0%	6,2	4,6
BRASIL	-	-		99,7%	5,7	4,6
Município	ECONOMIA			QUALIDADE DE VIDA		
	PIB per Capta (R\$) [2019]	Proporção das receitas oriundas de Fontes Externas (%) [2015]	IDHM [2010]	Mortalidade Infantil (%) [2019]	Esgotamento Sanitário Adequado [2010]	Urbanização de vias públicas [2010]
Araponga	R\$ 8.675,55	82,0%	0,536	9,71	29,4%	30,7%
Cajuri	R\$ 18.067,56	93,0%	0,617	26,32	75,6%	17,5%
Canaã	R\$ 13.112,40	94,3%	0,649	-	41,3%	46,3%
Coimbra	R\$ 15.508,08	81,6%	0,669	13,51	54,5%	62,2%
Ervália	R\$ 16.328,17	87,3%	0,625	16,95	50,3%	50,8%
Paula Cândido	R\$ 10.506,31	90,3%	0,637	-	56,2%	24,2%
Pedra do Anta	R\$ 13.272,05	95,8%	0,624	47,62	68,2%	1,4%
Porto Firme	R\$ 8.788,29	94,4%	0,634	32,97	42,9%	44,6%
Presidente Bernard	R\$ 9.906,27	95,8%	0,632	31,25	43,4%	56,7%
São Miguel do Anta	R\$ 11.560,90	95,5%	0,644	34,48	49,1%	29,8%
Teixeiras	R\$ 12.751,77	91,6%	0,675	17,39	68,8%	32,0%
Viçosa	R\$ 22.183,00	57,8%	0,775	12,88	88,5%	25,7%
BRASIL	R\$ 35.161,70	-	0,724	11,56	-	-

¹ O dado referente a taxa de escolarização do Brasil é da PNAD 2019

Tabela 2: Indicadores socioeconômicos dos Municípios da Região Imediata de Viçosa/MG. Fonte: IBGE

No grupo de indicadores relacionados ao trabalho e rendimento, temos como característica padrão a presença de salário médio de 1,4 a 1,8 em quase todos os municípios polarizados por Viçosa, enquanto que a mesma possui uma média de 3 salários, o fator que explica essa diferença é a presença na cidade um maior contingente de mão de obra qualificada e com maior valorização vinculada principalmente a UFV.

Enquanto na distribuição de renda, temos o infeliz dado que, recorrente a todos os municípios da região, apresenta em mais de 1/3 da população com situação de vulnerabilidade socioeconômica, expondo uma situação de extrema desigualdade e concentração de renda para poucos.

Ao mesmo tempo, podemos ainda admitir que a presença da Instituição gera um aumento significativo de custo de vida para os habitantes (especulação imobiliária, aumento dos valores do IPTU, entre outros), custo esse que ao ser repassado para a população, diante de suas realidades socioeconômicas, não consegue ser sustentado pela maioria das famílias e, com isso, gera aumento dos indicadores de pobreza.

Essa situação, passa a ser materializada e reproduzida no próprio espaço, gerando a infeliz, porém comum, segregação socioespacial⁶, e, passa a ser visto cada vez menos as mínimas condições mínimas de sobrevivência (moradia, condições de trabalho, entre outros) da própria população local.

Por outro lado, tal indicador reflete também que a potencial mão de obra qualificada dos alunos da instituição, que tendem a ter maior remuneração, não permanecem na região e, logo, não promovem o desenvolvimento econômico constante.

Cabe aqui apresentar que políticas públicas e iniciativas locais poderiam ser desenvolvidas e direcionadas, com o objetivo de gerar atrativos de permanência dos mesmos e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de indicadores sociais para a população local.

Pois, ao mesmo tempo em que os alunos teriam oportunidades profissionais, a própria sociedade local seria beneficiada com geração de renda e de passivos econômicos, que poderiam ser reinvestidos na melhoria da qualidade de vida de todos.

Porém, o que pode ser um dos motivos da inexistência dessas políticas é que, no entanto, estas iniciativas [políticas públicas] apresentam resultados a médio e longo prazo, o que gera um ar de inviabilidade política no que tange ao pensamento de resultados cobrados pela sociedade e pelo próprio estado nas ações.

Já no grupo de Educação, para os indicadores de escolarização temos valores superiores a 90%. Porém, ao serem comparados com a média nacional, demonstram valores desfavoráveis e que se encontram com visível necessidade de melhoria o que, pela

⁶ O termo segregação socioespacial, se trata de um conceito muito importante para alguns estudos da geografia, porém no presente texto ele não chega a ser trabalhado e é apenas mencionado. Caso o leitor tenha interesse, para melhor compreensão, recomendamos dois artigos:

1- MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. . A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE), v. 16, p. 1, 2017

2- PINTO, M. B.. Questão Habitacional como expressão da questão social na sociedade Brasileira. Libertas (Juiz de Fora. Impresso), v. 4/5, p. 93-117, 2004.

presença da IES, torna esse indicador ainda mais preocupante e indicam que existe uma proporção considerável de jovens ainda sem acesso

Jovens esses que, podem ser integrantes do grupo de pessoas com falta de acesso pela infraestrutura disponível nesses municípios de menor porte, com condições urbanas menos estruturadas e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento de atividades voltadas para o meio rural, ambiente este que se encontra em situação de maior dificuldade de acesso, controle e fiscalização dos agentes públicos dos municípios.

Já no indicador do IDEB, temos notas de avaliação próximas a da realidade nacional, porém igualmente insatisfatórias e, solicitam de políticas públicas emergenciais para a melhoria da qualidade. Porém, pela presença da IES, esses dados tornam-se ainda mais preocupantes, pois os resultados refletem que a instituição, historicamente, pouco contribui para a educação de qualidade dessas cidades.

Nesse grupo, considerando a própria função social da universidade e o seu papel educacional, temos a oportunidade de projetos que poderiam ser desenvolvidos. Já que, ao mesmo tempo em que auxilia a formação dos novos profissionais tanto da graduação quanto da pós-graduação, também gera impacto social positivo no suporte ao desenvolvimento da educação básica local.

Iniciativas, como o próprio Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (conhecido como PIBID da CAPES) desenvolvido nacionalmente, poderiam ser usadas como referências para um projeto de extensão (ou programa) internas da universidade articulando com agentes públicos locais.

No grupo de variáveis econômicas, o indicador do PIB *per capita* se relaciona com os dados do salário mínimo, e novamente, tem-se essa perspectiva das fracas condições de poder de consumo por grande parte da população, não somente das populações em situação vulnerável como também as populações de classes médias. Logo, a realidade socioeconômica da população, conseqüentemente, limita o crescimento econômico da sociedade local.

Com isso, o poder econômico limitado da população, considerando a realidade tributária no país, que é estruturada para o consumo, deixa o poder público local com pouca arrecadação. Dessa forma, o indicador de situação fiscal e do IDHM, em relação ao uso de fontes externas de recursos públicos, temos esse reflexo direto da situação

econômica da região, onde todas as cidades, com exceção de Viçosa, apresentam alta dependência externa de recursos fiscais de fontes externas.

O que justifica Viçosa ter esse diferencial, é que como uma cidade média em potencial expansão, há um relativo equilíbrio nas receitas locais e fontes externas, característica comum a cidades médias que tendem a ter independência fiscal das esferas superiores, porém, como Viçosa ainda possui um porte relativamente pequeno e pela própria dinâmica regional, ainda recebe uma proporção considerável de recursos.

Enquanto que, nos demais municípios da região, a taxa facilmente pode passar, em quase todos, 90% de dependência nas receitas, o que se contextualiza ao relembrarmos do pequeno porte demográfico e pela fraca dinâmica econômica que, conforme apresentado na tabela de perfil econômico no tópico anterior, ainda possui um forte setor primário e, em contrapartida, um setor secundário e terciário embrionário.

Os dados IDHM apresentam a mesma conclusão de resultados anteriores, pela qual temos Viçosa com valores considerados bons, o que pode ser justificado pela condição de cidade média com IES. Enquanto as cidades em volta, encontram-se com valores medianos, o que pode ser compreendido pela [fraca] dinâmica econômica de estágios iniciais, inclusive para a educação e saúde.

O último grupo de indicadores são referentes a qualidade de vida nas cidades. Todos os indicadores apresentam o mesmo direcionamento e reflexões que já foram atribuídas anteriormente.

Desse modo, em virtude da dependência econômica de fontes externas, as localidades apresentam deficiência para investimento público de serviços básicos, como ampliação da rede de assistência básica à saúde, um importante mecanismo público que poderia melhorar os valores de mortalidade infantil, apresentados na tabela que, mesmo que apareçam indicadores de valores medianos, apresentam possibilidades de melhoria.

Da mesma forma, com mais investimentos, o poder público local poderia melhorar a prestação de serviços das populações locais, com melhorias no tratamento do ciclo completo de uso da água e da própria qualidade ambiental e, ao mesmo tempo, promover melhorias da infraestrutura urbana no que tange a sua malha viária, lazer, distribuição de praças, entre outros.

Novamente, podemos ressaltar o importante papel da própria IES no suporte ao desenvolvimento regional, enquanto instituição que promove ensino e pesquisa através de sua extensão na promoção de desenvolvimento sustentável de valor econômico, ambiental, social, político, cultural e ético.

6. DO POTENCIAL PAPEL PARA O REAL PAPEL DE ARTICULAÇÃO

Considera-se toda a discussão acima proposta, acrescentando a ideia do papel articulador da Instituição defendida ao longo do trabalho, por acreditar que “o desenvolvimento regional está diretamente relacionado com o nível de suporte educacional presente em um território e que as desigualdades regionais estão de acordo com os índices educacionais.” (Oliveira, p.10, 2014), para análise das ações de extensão (programas e projetos) desenvolvidas pela instituição nos últimos anos.

Dessa forma, a partir das informações já apresentadas das cidades existentes no tópico anterior, buscaremos refletir sobre os projetos e programas de extensão desenvolvidos pela Instituição. Para isso, foi utilizado a base de informações de consulta pública, da própria instituição, em seu *web site* dos Registros de Atividades de Extensão (RAEX) disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

A filtragem temporal utilizada para melhor visualização, considerando as informações disponibilizadas, será a década de 2010, considerando todos os programas ativos entre 2010 e 2019. Ao todo e considerando todos os campi, nesse período, não simultaneamente, a UFV teve 121 programas de extensão, com 84 programas desenvolvidos no campus avançado de Viçosa, nossa área de estudo.

A área do CNPq de maior destaque e com mais foram os programas vinculados é a Educação Básica, em todas as 3 grandes áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra; e Ciências da Vida), possuindo ao todo 23 programas desenvolvidos ao longo dos anos 2010, apresentados abaixo (Tabela 3) sem hierarquização e apenas por origem do órgão promotor.

Programas de Extensão desenvolvidos entre 2010-2019	
Nome do Programa	Órgão Promotor
Teia	Departamento de Solos
A LICENCIATURA DA UFV EM PARCERIA COM PRÉ-VESTIBULARES DE COMUNIDADES CARENTES	Departamento de Letras
Programa para a Melhoria do Ensino-Aprendizagem de Matemática e de Formação Permanente e Continuada	Departamento de Matemática
AÇÕES AFIRMATIVAS: DEMOCRATIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO	Departamento de Educação
Ciência em Ação	Departamento de Química
Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira da Zona da Mata Norte: Cultura Negra e Memória Social	Departamento de Geografia
Ciência em Ação	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
EFICAP	Departamento de Educação Física
PROGRAMA INICIAÇÃO ESPORTIVA - FRUTOS DA TERRA - ATLETISMO E BADMINTON	Departamento de Educação Física
Ensino da Matemática através de jogos e informática para educação de jovens e alunos da escola pública	Departamento de Matemática
Programa Casa das Mulheres	Departamento de Economia Doméstica
Pró-Celiacos: Atendimento às Demandas Sócio-Nutricionais	Departamento de Nutrição e Saúde
PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Suporte e desenvolvimento do Esporte e Lazer em Teixeira-MG	Departamento de Educação Física
Programa de Educação Cooperativa e Capacitação Técnica e Gerencial das Cooperativas das Matas de Minas	Departamento de Economia Rural
PROGRAMA NOVOS TALENTOS UFV: Vivências, diálogos e interações para o fortalecimento da educação básica em Viçosa e na Zona da Mata de MG.	Departamento de Solos
Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Cultura Ativa: Cultura em movimento nos Territórios Educativos da Zona da Mata mineira	Departamento de Educação
Redemoinhos: circulação de saberes e fazeres negros para a promoção da igualdade racial	Departamento de Educação
ECOIA: Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Educação do Campo e Tecnologias Sociais	Departamento de Educação
Programa Família do Leite	Departamento de Zootecnia
Ética e Filosofia como Prática Educativa para a Cidadania: Dialogicidade entre Consciências, Espaços e Imagens Performativas	Departamento de Educação

Tabela 3: Programas de Extensão desenvolvidos entre 2010-2019. Fonte: RAEX/UFV

Por ainda se tratarem de um número expressivo e da dificuldade em, mesmo que genericamente, discutir todos eles, selecionamos quatro programas cujos objetivos se alinham com o que é defendido ao longo do presente texto, focado no papel articulador de desenvolvimento territorial. Para facilitar, apresentamos os programas escolhidos considerando seu órgão de origem e seus respectivos objetivos (QUADRO 1). Dessa

forma, com base na leitura de seus objetivos e dialogando com as discussões anteriores, temos as seguintes reflexões.

Programas de Extensão - Suporte Pedagógico e de Gestão na Educação Básica		
Nome do Programa	Órgão Promotor	Objetivo
A LICENCIATURA DA UFV EM PARCERIA COM PRÉ-VESTIBULARES DE COMUNIDADES CARENTES	Departamento de Letras	-
AÇÕES AFIRMATIVAS: DEMOCRATIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO	Departamento de Educação	Organizar e constituir o Grupo de Discussão de Políticas Afirmativas; Desenvolver ações interdisciplinares de extensão articulando atividades de professores e estudantes que têm como tema comum as políticas públicas; Planejar e desenvolver atividades coletivas no espaço institucional da UFV no sentido de promover estudos, debates e ações educativas congregando professores, estudantes e servidores desta instituição; Criar um espaço de interatividade com a sociedade local a partir de eventos abertos; Promover o intercâmbio com grupos organizados de outras regiões e instituições de ensino superior que desenvolvem ações similares; Planejar e empreender registros documentais, constituindo uma memória do Grupo; Promover a divulgação das atividades do grupo em eventos locais, regionais e nacionais possibilitando a ressignificação destas atividades a partir do intercâmbio com outros grupos e instituições; Organizar e realizar a publicação das atividades, projetos, resultados, etc. em jornais, revistas e outros veículos de divulgação.
PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Tomando, por base o princípio da gestão democrática, o objetivo é aprimorar a formação dos dirigentes municipais e da equipe técnica do quadro de Secretarias Municipais de Educação, em nível de Especialização, para atuarem nas áreas de gestão educacional, dos sistemas de ensino e da gestão escolar, de forma a contribuir para o fortalecimento e qualidade da sua gestão e para o exercício de seu papel estratégico na implementação da política educacional no município, com vistas a garantir o direito de aprender de todos e contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Básica com qualidade social.
PROGRAMA NOVOS TALENTOS UFV: Vivências, diálogos e interações para o fortalecimento da educação básica em Viçosa e na Zona da Mata de MG.	Departamento de Solos	Geral: Contribuir para a qualificação e para o fortalecimento da educação básica na região da Zona da Mata de MG através da promoção e criação de parcerias entre a educação básica e a educação superior, despertando e motivando educandos e educadores para as ciências em ambientes criativos e inovadores. Específicos: Estimular o diálogo de saberes entre estudantes e professores da educação básica e da educação superior ampliando horizontes e espaços de formação; Oferecer cursos e atividades de capacitação de professores da educação básica em conteúdos específicos, incentivando a sua formação continuada; Desenvolver cursos e oficinas para professores e alunos da educação básica, combinando teoria e prática, reflexão e ação, desafios locais e visão de mundo; Apoiar o desenvolvimento de projetos pedagógicos em interação com espaços de produção e divulgação da ciência da UFV nas escolas; Capacitar tutores e comunidades escolares no uso de TICs e estimular o acesso à informação em bases de dados e portais de conteúdo; Promover vivências universitárias para professores e estudantes da educação básica através de atividades e visitas à UFV (museus, laboratórios, etc.); Preparar estudantes de graduação e pós-graduação para a tutoria, promovendo a interação entre diferentes ambientes acadêmicos, articulando ensino, pesquisa e extensão; Organizar e realizar atividades de mobilidade para professores da educação básica; Produzir e distribuir materiais impressos e digitais de apoio às atividades do projeto; Criar bibliotecas real e virtual de materiais e ações do projeto, enquanto apoio e continuidade às ações do projeto; Apresentar trabalhos e produções relativas aos aprendizados e vivências universitárias na Feira do Conhecimento de Viçosa e no Simpósio de Integração Acadêmica da UFV; Avaliar e sistematizar os impactos e resultados das atividades; Preparar relatórios de atividades e trabalhos para eventos e congressos; Realizar seminário anual de resultados do Programa.

QUADRO 1: Programas de Extensão - Suporte Pedagógico e de Gestão na Educação Básica. Fonte: RAEX/UFV

Os dois primeiros programas selecionados (“PROGRAMA DE APOIO AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO” e “AÇÕES AFIRMATIVAS: DEMOCRATIZAÇÃO, FORMAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO”) apresentam objetivos educacionais voltados para a gestão na educação básica, considerando os pilares de uma gestão democrática, estratégica e cooperativa.

O primeiro programa direciona seu foco ao suporte aos profissionais voltados para a gestão da educação nos seus esforços profissionais visando uma qualidade estratégica para maior impacto social da educação, enquanto que o segundo programa complementa essas ações com direcionamento na articulação e comunicação dos profissionais com a sociedade civil e a própria universidade, priorizando a integração e cooperação de todos os agentes envolvidos.

Os dois últimos programas selecionados (“A LICENCIATURA DA UFV EM PARCERIA COM PRÉ-VESTIBULARES DE COMUNIDADES CARENTES” e “PROGRAMA NOVOS TALENTOS UFV: Vivências, diálogos e interações para o fortalecimento da educação básica em Viçosa e na Zona da Mata de MG”) introduzem objetivos educacionais voltados para a sala de aula, ou seja, desenvolve ações de caráter pedagógico para o fortalecimento de educação mais inclusiva, diversa e equitativa.

O primeiro (desses dois últimos) apresenta uma ideia muito interessante (considerando a ausência dos objetivos nas informações do mesmo) quando se considera o potencial papel do programa de gerar fomento ao desenvolvimento de turmas mais preparadas para os vestibulares e que se encontram em situação de vulnerabilidade. Cabe aqui, fazer uma breve reflexão, que esse programa possui um potencial de impacto social extremamente positivo, caso a Universidade estruture o mesmo para o possível programa de pós-graduação, vinculando todas as ciências que possuem esforços na educação.

Já o segundo projeto complementa o programa no desenvolvimento de uma formação acadêmica inicial mais bem direcionada e incentiva o desenvolvimento da formação continuada a profissionais que já atuam nos estabelecimentos de ensino, gerando passivos educacionais extremamente positivos, ao dialogar com as reflexões teóricas na universidade com a prática considerando a realidade vigente e, igualmente, promovendo situações e vivências educacionais diferenciais aos alunos de educação básica.

Em vista disso, ainda podemos apresentar uma breve crítica reflexiva desses programas, considerando seu papel potencial de crescimento, do ponto de vista estrutural na instituição, articulado ao seu papel potencial de desenvolvimento na regional, pois aqui temos programas com projetos na educação que contribuem e dão suporte ao desenvolvimento da gestão nas escolas de forma interna e externa, gerando passivos extremamente positivos e, ao mesmo tempo, temos programas que visam a redução da desigualdade dos alunos carentes na escola pública.

Cabendo novamente aqui, ressaltar que os programas visualizados, apesar de apresentarem pilares extremamente necessários para a localidade estudada, encontram-se estruturados de forma imatura e ainda necessitam de uma atenção maior por parte da Universidade no que tange ao seu impacto e também na expansão dos departamentos e cursos que podem ser envolvidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desde o seu início, buscou refletir sobre IES e o seu papel potencial na articulação do desenvolvimento em todo o território nacional, sob o viés regional. Pois, ao mesmo tempo em que as Instituições são representações de esferas federais, as mesmas também são instituições locais e podem (e deveriam) buscar suas identidades no território e região em que se encontram.

Com isso, as IES se tornam agentes endógenos do território e, considerando seus pilares (ensino-pesquisa-extensão) deveriam buscar contribuir no desenvolvimento do território, dando suporte as carências locais através de seu suporte diferencial, ressaltando que o mesmo não inibiria a responsabilidade do poder público local.

Porém, considerando a sociedade capitalista que vivenciamos, temos instituições que reproduzem a lógica do capital e acabam se tornando, muitas vezes, apenas representações que estão nos territórios (OLIVEIRA JR, 2014). Tal condição, gera o desenvolvimento da Cidade Universitária (BAUMGARTNER, 2014) em um tempo de capital científico distante e desigual da cidade, como o Caso de Viçosa e região. (PEREIRA, 2014)

Dessa forma, décadas de desenvolvimento desigual, deixam a produção do espaço urbano pela realidade das universidades muito distante da realidade da população local e com isso, surgem os indagamentos dos habitantes e do próprio sistema, em relação ao papel da universidade em sua região, revigorando o ideal, mesmo que capitalista, do papel da extensão universitária e com isso, se novamente coloca em pauta no papel de suporte da instituição.

Com isso, considerando as mudanças de políticas públicas federais vivenciadas no início do século XXI no Brasil, foi possível visualizar as universidades redesenhando, mesmo que lentamente, a forma de relação que as mesmas têm com seus territórios e promovendo uma extensão à sua volta.

A Universidade Federal de Viçosa é uma dessas instituições, que considerando seus programas de extensão desenvolvidos nessas últimas décadas, foi possível perceber, ainda que incidente, uma preocupação no que tange ao seu papel de articulador regional, conforme as breves discussões apresentadas e seus programas, ainda imaturos, do ponto de vista estrutural.

Mediante o exposto e para não concluir, o trabalho entendeu o papel de desenvolvimento endógeno que pode ser representado pela Universidade, ainda se encontra como algo extremamente potencial com alguns ensaios ativos de extensão, porém sendo algo que ainda se encontra distante da realidade orgânica necessária.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectiva do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: **Cidades Médias Brasileiras**: IPEA, pp.1-34, 2001.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 13, jun. 2007. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7784>>. Acesso em: 06 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v13i0.7784>.

BARQUERO, A. V. A política de desenvolvimento local. In: **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. (Trad. Ricardo Brinco) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001, p. 181-209.

_____. A nova geração de políticas de desenvolvimento endógeno. In: **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. (Trad. Ricardo Brinco) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001, p. 235-259.

BARBOSA, A. M. Cidades, cidades médias e migração. In: **Educação, desenvolvimento e migração em cidades médias de Minas Gerais equipadas com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 202 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p.65-98. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-99YN6R>> Acesso em: 07 jan. 2021

BATELLA, W. CIDADES MÉDIAS: DA MULTIPLICIDADE DE DEFINIÇÕES À BUSCA DE SEUS LIMIARES. **Revista Caminhos de Geografia**, (UFU, Online), Uberlândia, v. 20, n. 70, p. 196-214, jun. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/42525/26625>> Acesso em: 01 fev. 2021

BAUMGARTNER, W. H. Geografia da educação superior em duas escalas de análise: a expansão das universidades federais no Brasil e os impactos no espaço urbano em cidades médias e pequenas da Bahia. **Para Onde!?**, v. 15, n. 1, p. 35-56, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/108242/64032>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. Cidades universitárias, cidades médias, cidades pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos campi universitários no Brasil. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 73-93, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2525>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

_____. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, v. 11, n. 1, p. 91-111, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013/9728>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRITO, F. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. Estudos Avançados, 57, USP, 2006.

CAMPOS, A.C; CALLEFI, P.; SOUZA, J.B.L A teoria do desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. **Acta Sci Human Sci**. Maringá, v. 27, n.2, p. 163-170, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/197/145/>>. Acesso em: 08 nov. 2021

CASTRO, J. M.; ALENCAR, B. J.; SOARES, T. L. Análise da infraestrutura socioeconômica e das áreas de influência da Zona da Mata de Minas Gerais (1991 - 2000). **Caderno de Geografia** (PUCMG). Belo Horizonte, v. 22, n. 37, p. 29-46, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/3010/3864>>. Acesso em 10 jan. 2022

COMIN, A. A.; FREIRE, C.T. Sobre a qualidade do crescimento: atores, instituições e desenvolvimento local. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 84, p. 101-125, jul/2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/GRbwW57r8sFPBNHdf86vJxw/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2022.

COSTA, E. M. Cidades médias - Contributos para a sua definição. **Finisterra**, [S. l.], v. 37, n. 74, 2002. DOI: 10.18055/Finis1592. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1592>. Acesso em: 6 fev. 2022.

DINIZ, C. C. DESENVOLVIMENTO POLIGONAL NO BRASIL: NEM DESCONCENTRAÇÃO, NEM CONTINUA POLARIZAÇÃO. **Nova Economia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set/1993.

_____. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG Cedeplar, 2001. 34 p.

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre a rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, R.; SOARES, W. (Org.) **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 91-114.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas. Editora Alínea, 2001, 80 p.

GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. A dinâmica urbana de cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 15, n. 1, mai/2013, pp. 183-200. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951683012.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2021

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 jan. 2022

LINDO, P. V. F. **Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579831966. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109176>>.

OLIVEIRA JR, A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, v. 24, p. 1-12, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7581/6586>>. Acesso em: 07 jan. 2021

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 1, pp. 127-165, 2003

PEREIRA, M. F. V.. Contradições de uma cidade científica: Processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa - MG. **Revista Caminhos de Geografia**, (UFU. Online), Uberlândia, v. 18, n.16, p. 197-206, 2005. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15459/8749>>. Acesso em: 04 dez. 2021

RIBEIRO, J. C.; SANTOS, J. F. Desenvolvimento Endógeno e Política Regional. In: **Congresso da APDR, XI., 2005**, Faro (Portugal). Disponível em: <http://apdr.pt/data/atas/congresso_2005/pdf/55.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022

SILVA, E. W. O Papel da Extensão no Cumprimento da Função Social da Universidade. In: **As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias** / Enio Waldir da Silva, Walter Frantz, Ijuí, Ed. Unijuí, 2002, p. 103-135.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253

_____. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: **Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos Urbanos**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: **Carmen Bellet Sanfeliu; Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. 1ª.ed. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009, p. 41-69.

_____. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004, p. 31-43.